

MPE constata falta de medicamentos no Case

Ministério Público pede ao TJ intimação ao Case para regularizar o fornecimento



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DENADORIA DE COMUNIC
RECORTE DE JORNAL

Fábio Brito

& Mércia Oliva

mercia@correiodesergipe.com

O desabastecimento quase que constante e a falta de regularização dos medicamentos que são entregues pelo Centro de Atenção à Saúde de Sergipe (Case), levou ao Ministério Público Estadual (MPE), através da promotora de Justiça dos Direitos à Saúde, Euza Missano, pedir ao Tribunal de Justiça (TJ) a intimação da direção para que conduza a regularização do fornecimento (solucionar o problema), com uma audiência extrajudicial com multa para os gestores caso haja descumprimento disciplinar. Pelo menos existem 18 medicamentos em falta no Centro, para patologias como de lúpus e asma, entre outras.

O Ministério Público também vai Instaurar Inquérito Civil para apurar a questão da atenção no atendimento. “Em março deste ano, o MPE fez uma visita no Case e já tinha constatado estes problemas. É inconcebível, uma vez que, com a ampliação do prédio, exista tanta dificuldade no atendimento, com a demora, chegando até o usuário esperar cerca de 40 minutos para ter o seu pleito atendido; além de se formar uma fila causando aglomeração. Antes (no prédio antigo) isso não acontecia”, explicou a promotora Euza Missano, ressaltando que devido à situação apresentada, classificou a carência de medicamentos como um problema crônico.

As falhas foram detectadas na manhã de ontem, 12, pela promotora de justiça, durante inspeção na nova sede do Case, para saber se a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) havia adequado o sistema de dispensa de medicamentos. Logo ao chegar, a promotora se deparou com uma visão revoltante. Centenas de pessoas, entre jovens e idosos, aguardando, por várias horas, em pé, para serem chamados para receber o medicamento através de senhas, em um sistema que parecia não fluir. Já na parte de dentro do Case, era difícil de trafegar, tamanha era a aglomeração de pessoas.

Muitos dos usuários, não aguentando o desrespeito, se revoltavam, bradando e pedindo providências. Pessoas como



**FALHAS FORAM
DETECTADAS ONTEM,
PELA PROMOTORA DE
JUSTIÇA DURANTE
INSPEÇÃO NA NOVA
SEDE DO CASE**

a aposentada Maria Auxiliadora, de 61 anos de idade, que sofre com problemas nos nervos e osteoporose. Segundo ela, aquela era a quarta vez que ela estava tentando conseguir o medicamento que necessitava, sem êxito. O pior de tudo é que ela só soube que não iria receber o medicamento após esperar por algumas horas ser chamada através da senha.

"Todo dia é uma desculpa, eu não aguento mais isso, é uma falta de respeito. Eu já gasto, com a ajuda das minhas filhas, mais de R\$ 500,00 por mês em remédios, pois tenho vários problemas de saúde. Só que o remédio de osteoporose custa R\$139,00 e são quatro comprimidos. Cada vez que eu venho é uma desculpa diferente. Estou aqui desde 7h da manhã, agora são 10h e estou saindo agora mais uma vez sem o meu remédio", declarou a idosa.

Outro exemplo da falta de respeito com o idoso é o caso de Raimundo Santana, de 65 anos de idade. Ele aguardava em pé do lado de fora ser chamado. "Estou na senha 314, tem uma dezena de pessoas na minha frente. É um absurdo, não tenho nem lugar para sentar, e um atendimento lento desses. Estou aqui desde 7h da manhã, vim do Conjunto Fernando Collor, em Nossa Senhora do Socorro, de ônibus para chegar aqui enfrentar isso", reclamou. Ele disse que foi até o Case para pegar um medicamento contínuo para bronquite asmática, chamado Alênia, que, segundo ele, custa mais R\$ 100,00.

• SES

O número de atendimentos no Centro de Atenção à Saúde de Sergipe, da Secretaria de Estado da Saúde (Case/SES), passou de 700 a 1200 a média por dia. Em novo endereço desde 23 de setembro, em sede própria, o espaço passou de 700 para 1300 metros quadrados e o número de cabines para 16, sendo duas adaptadas para atendimento a cadeirantes. Um painel eletrônico

sinaliza a chamada dos usuários para serem atendidos.

A coordenadora do Case, Luciana Alves, acredita que alguns motivos para o aumento no número de usuários foram: a facilidade de acesso e a inclusão de medicamentos dispensados pelo Case. No último mês de julho, o Ministério da Saúde publicou a portaria 1554, que ampliou a oferta de medicamentos de dois grupos. "Houve um acréscimo de medicamentos nos grupos de reumato, hepatites, entre outros", explicou. Para atender essa demanda ampliada, a Secretaria de Estado da Saúde vem solicitando o retorno de servidores que se encontravam cedidos a outros órgãos. Luciana Alves adiantou que quatro servidores já retornaram e estão trabalhando no atendimento.

O Case dispensa mensalmente 320 medicamentos de alto custo e especiais, sendo 266 padronizados em portaria. A unidade disponibiliza, também, kits de colostomia, órteses, próteses, cadeiras de rodas. Nos dois últimos quadrimestres de 2013, a SES custeou R\$ 14,5 milhões do erário e mais R\$ 4 milhões do Fundo Nacional de Saúde na compra de medicamentos de alto custo. Em média, o Estado arca com 70% das despesas de custeio da Saúde Pública e a União 30%.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES), no ano passado aplicou no Centro de Atenção à Saúde (CASE) R\$ 27,5 milhões de seu recurso próprio para a compra dos medicamentos de alto custo. Este ano, somente no mês de julho, o gasto total foi de R\$ 2.229.249,28. Desse valor, o Ministério da Saúde repassou R\$ 554.774,71, enquanto o Estado bancou R\$ 1.744.474,67, ou seja, os recursos do Tesouro Estadual representaram mais de 75% dos gastos com CASE. Somente em nove meses, o governo do Estado investiu R\$ 1.449.527,65 na aquisição de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção (OPMs). De janeiro a setembro, o Case atendeu 1.309 solicitações.